Anais do Semana de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás 2014
Disponível em: http://pucgoias.edu.br/ucg/prope/pesquisa/anais/2015/index.htm
ISSN: 2177-3327

FORMAÇÃO DOCENTE, TEMPO E SALÁRIO NO ALTO SERTÃO DA BAHIA

MARINALVA NUNES FERNANDES; MARIA ESPERANÇA FERNANDES CARNEIRO
mari.uneb@hotmail.com

A Educação Básica na década de 1990 foi incluída como prioridade na agenda da sociedade brasileira. Em 1998, o programa oficial "Toda Criança na Escola" que compreendeu uma faixa etária de 7 a 14 anos alcançou cerca de 97% de matrícula. Todavia o atendimento ao ensino médio e a educação infantil constituíram-se em questões desafiadoras com pouco avanço configurando, mais uma vez, numa problemática histórica que juntamente com outros pontos carece de uma ação urgente por parte do Estado como: financiamento, valorização docente, tempo de trabalho/piso salarial, ainda não concretizado. Referente à formação de professores, enquanto política de Estado, em cumprimento a LDBEN 9394/96 constitui-se desafio histórico em geral, mas no interior do país é uma questão particularmente crucial ainda a ser vencida. Decisiva e atual, a política de expansão da Educação Básica tem sua responsabilização no pagamento de uma dívida social que se estende desde a interiorização, a democratização e a qualificação social dessa modalidade educacional para que se efetive, não só quantitativamente, mas também com qualidade a produção do conhecimento, a valorização docente, o desenvolvimento local integrado e sustentável. Nossa preocupação com esta temática tem sido constante em nossas pesquisas e dado a sua amplitude e complexidade, neste artigo circunscrever-se-á ao recorte valorização docente/tempo de trabalho/piso salarial na formação e trabalho docente no Alto Sertão da Bahia-Brasil. Para melhor relacionar nesse espaço geográfico educacional está em desenvolvimento uma pesquisa que tem como objetivo analisar as contradições do trabalho docente quanto a tempo e salário na educação brasileira, tendo como referência a Lei nº 11.738/2008, e suas implicações para o trabalho docente e a melhoria, ou não, da qualidade na educação básica da rede municipal. Para o suporte metodológico fizemos opção pelo método dialético por considerar suas categorias centrais: contradição, historicidade e totalidade pertinentes à análise proposta que inclui as categorias de Estado, tempo, salário e valorização profissional. Os dados quantitativos, coletados por meio de questionário organizado com questões fechadas e abertas, nos permitiu conhecer esses profissionais de forma mais consistente. Os resultados apontam um avanço, mesmo que tímido, na melhoria estrutural das condições de vida dos docentes, todavia a obtenção dos bens para proporcionar uma melhor condição de vida advém das longas jornadas de trabalho. Também foi constatado um alto nível de certificação dos professores que atuam nas redes municipais, em alguns municípios chegam a 90%. Desses, um número significativo são egressos da UNEB, tanto dos cursos regulares como dos cursos que integram os programas especiais de formação no estado: Rede UNEB 2000, PROESP e Plataforma Freire. Considerando todas as adversidades, é possível afirmar que existe, por parte dos docentes, o interesse pela formação, nem sempre acompanhada com o compromisso político com a melhoria qualitativa da educação básica, contudo, muitos são os docentes que se envolvem com o processo formativo e ao atuar em seus respectivos espaços educativos, alteram radicalmente o processo de ensino aprendizagem. No tocante as questões que envolvem tempo e salário

estão presentes nas pautas de reivindicação do movimento docente nos últimos cinco anos e são poucos os municípios que cumprem as prerrogativas legais.

Palavras-chave: Piso Salarial. Tempo de trabalho. Estado. Educação Básica.

ISSN: 2177-3327